



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 01/2021

CARTA-CONTRATO N. 01/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0002870-58.2020.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 02/2021

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA ACTION ITEC INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE ACERVO DOCUMENTAL.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **ACTION ITEC INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. **14.895.195/0001-90**, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n. 333 - Bloco 2 - Apt 807, Vila Iara, CEP: 24.465-018, Município: São Gonçalo, Estado RJ, Telefone(s): (21) 3477-6022 / (21) 98803-4812/98055-8898, E-mail(s): george@actionitec.com.br, neste ato representada pelo Senhor **GEORGE DA COSTA ROCHA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 104955653/DICRJ e CPF 044.048.727-71.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), Decretos Federais 3555/2000, 9.507/2018



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e 10.024/2019, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.234/2010, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 1947/2020 - PRES/DG/GABDG, de 10/12/2020.

Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DECISÃO Nº 135/2021-PRES/DG/GABDG, de 03/02/2021.

DO OBJETO

(Art. 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato a contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Primeira – O detalhamento relativo ao presente objeto está descrito no Capítulo 2.1 do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental referentes a esta contratação, conforme detalhado, no Capítulo 5 do Termo de Referência correspondente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado, e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Quanto ao local de execução, os serviços objeto desta Carta-Contrato deverão ser executados da seguinte forma:

I - O laudo diagnóstico deverá ser realizado em espaço específico dentro das dependências do TRE-RO, previamente aprovado pelos gestores, no seguinte endereço: Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, situado na Rua Raimundo Cantuária, n. 680 – Anexo do TRE, Baixa da União, CEP.: 76805-862– Porto Velho – RO, no período das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30, de segunda à sexta-feira; e

II - Na impossibilidade da execução dos serviços nas dependências do TRE-RO, a CONTRATADA, será responsável pela segurança, logística, acondicionamento, transporte e deslocamento do acervo da Arquivo Geral do TRE-RO para o local de higienização.

DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DO OBJETO

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – O recebimento do objeto será feito em duas etapas, conforme a seguir:

I - Provisoriamente, pela fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações constantes no Termo de Referência, momento em que se fará constar nos documentos hábeis a data da entrega dos serviços e, se for o caso, as imperfeições, falhas ou irregularidades observadas; e

II - Definitivamente, pela fiscalização, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após comprovação da adequação dos serviços em conformidade com o exigido no Termo de Referência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira - O método de avaliação da conformidade dos serviços será da seguinte forma:

I - Avaliação que consiste na realização de observações físicas, visando comprovar a compatibilidade do serviço efetuado com as especificações constantes no Termo de Referência; e

II - No caso de serviços recusados no recebimento, por imperfeições, falhas ou irregularidades, deverão ser refeitos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado da notificação formal, sem qualquer ônus ao TRE-RO.

Subcláusula Segunda - A entrega dos serviços deverá ser agenda com a Seção de Protocolo Expedição e Arquivo - SPEA do TRE-RO, por meio do endereço eletrônico: spea@tre-ro.jus.br, e pelos telefones: (69) 3211-2004 ou 3211-2049, com 1 (um) dia de antecedência.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A presente contratação se deu mediante realização de pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, na forma de execução indireta.

OS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 57, I e seus §§, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – Esta Carta-Contrato terá a vigência de 3 (três) meses, a contar da data de assinatura deste instrumento via Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Subcláusula Primeira – Quanto ao prazo **de execução dos serviços de diagnóstico** da situação física do acervo (com emissão de laudo técnico microbiológico e de laudo da situação de preservação/conversação desse acervo) será de 20 (vinte) dias, a contar da assinatura da carta-contrato, incluindo a saber:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - a elaboração do diagnóstico situacional do acervo pertencente ao Arquivo Geral do TRE-RO para a entrega do laudo contendo proposta de solução para **tratamento, descontaminação e higienização dos acervos**.

Subcláusula Segunda - Os prazos de entrega dos serviços só poderão ser prorrogados em casos excepcionais, observados os seguintes requisitos mínimos:

I - o pedido deverá ser formulado por escrito;

II - o prazo para encaminhamento não poderá ultrapassar o prazo previsto para entrega do objeto; e

III - os motivos alegados pela CONTRATADA deverão basear-se em fatos supervenientes ou imprevisíveis devidamente comprovados.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA SEXTA – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 12.000,00** (doze mil reais), conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, como, por exemplo, tributos incidentes, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Carta-Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa: 33.90.39, consoante resumo a seguir e conforme Nota de Empenho nº. 2021NE000147, de 10/02/2020.

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPESA AGREGADA	
PLANO INTERNO	ADM APOIO

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento será efetuado, após o recebimento definitivo dos serviços contratados, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Fatura/nota Fiscal devidamente certificada pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo – SPEA, aplicadas as retenções legais.

1. A CONTRATADA deverá encaminhar, preferencialmente por e-mail, a Nota Fiscal/Fatura dos serviços acompanhada do **relatório detalhado das atividades**, se ainda não o fez;
2. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ;
3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;
4. Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a CONTRATANTE.
5. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retido até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

8. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo – SPEA ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008 e em suas alterações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste instrumento serão exercidas por seus respectivos substitutos.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(ART. 55, VII, DA LEI 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas pela CONTRATADA.
2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
3. Fornecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações;
4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
5. Expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de pelo menos 1 (um) dia útil da data de início de sua execução;
6. Proporcionar todas as condições indispensáveis à boa execução das obrigações, permitindo o livre acesso de representantes, prepostos ou profissionais da contratada nas dependências do TRE-RO, observadas as normas de segurança;
7. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato, aplicando as penalidades cabíveis;
8. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;
9. Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;
10. Analisar e deliberar sobre os eventuais pedidos de prorrogação de prazo para entrega e substituição de materiais utilizados pela CONTRATADA;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
12. Manter atualizados os registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA; e
13. Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Executar os serviços conforme as especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com alocação do pessoal necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
2. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
3. Dimensionar os membros da equipe especializada que executarão os serviços, com quantitativo suficiente para a eficiente execução no prazo estipulado;
4. Assumir todos os custos diretos e indiretos, entre os quais o fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços;
5. Havendo necessidade, assumir integralmente os custos encargos da retirada e transporte dos materiais que compõem o acervo até sua oficina, e posterior devolução, devidamente acondicionado, após a conclusão dos serviços.
6. Informar o nome do profissional encarregado da comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA para resolução de todas as questões atinentes ao instrumento contratual;
7. Responsabilizar-se pelo refazimento dos serviços nos casos de danos em decorrência de defeito no processo de execução ou da qualidade do material empregado;
8. Garantir os serviços pelo prazo de 8 (oito) meses, contado a partir da data da aceitação definitiva, comprometendo-se a refazer os serviços em qualquer volume que apresente defeitos, vícios ou falhas de execução, inclusive decorrentes dos materiais utilizados, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no termo contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade e fornecer, antes do início da execução dos serviços, os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, caso necessário;
10. Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, por seus profissionais durante e/ou em consequência da execução do objeto, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao CONTRATANTE ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorárias advocatícios;
11. Manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;
12. Substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;
13. Providenciar a substituição, imediata, dos profissionais alocados ao serviço, que não possuam a qualificação mínima exigida, ou por solicitação do CONTRATANTE, devidamente justificada;
14. Arcar com as despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;
15. Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;
16. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;
17. Reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;
18. Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
19. Manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
20. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu empregado acidentado ou com mal súbito;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. Arcar com todas as despesas de sua equipe, como alimentação, deslocamento, transporte, telefonia, além dos impostos, encargos e contribuições decorrentes;
22. Participar de reuniões que se façam necessárias, quando convocada pelo CONTRATANTE, para melhor subsidiar a realização dos serviços;
23. A CONTRATADA deverá dispor de mão de obra adequada e suficiente para a realização do serviço, assim como, de materiais e equipamentos adequados para a realização do serviço ora contratado. Os serviços deverão ser executados durante a semana, de segunda a sexta-feira no horário das 8h30m às 12h30 e das 13h30 às 17h30;
24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
25. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações e supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
26. Apresentar, ao final da execução do serviço, **relatório detalhado das atividades** ao CONTRATANTE, com um panorama das ações executadas, destacando pontos positivos e negativos, e quais medidas devem ser adotadas para garantir a manutenção e a conservação do acervo;
27. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
 - a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal da Carta-Contrato, decidir acerca desses requerimentos;
 - b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.
27. Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas neste instrumento, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto desta carta-contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta carta-contrato, no Edital e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

Subcláusula Primeira - Com fundamento no Art. 7º da Lei n. 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a CONTRATADA que:

1. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
2. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;
3. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
4. Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
5. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
6. Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
7. Comportar-se de modo inidôneo; e
8. Cometer fraude fiscal.

Subcláusula Segunda – O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega ou substituição dos serviços recusados:

- a)** multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos serviços não entregues ou substituídos;
- b)** a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato, se não previsto de forma diversa:

- a)** Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

Subcláusula Terceira – Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa sancionatória fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas no TR e neste instrumento, nos seguintes termos:

b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela descumprimento da obrigação de entrega ou substituição dos materiais, após a devida notificação;

b2) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa em aceitar alterações legalmente obrigatórias do contrato;

b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, por ocorrência, no caso de não emissão de documento imprescindível ao pagamento;

b4) de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa de fornecimento da integralidade dos serviços sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

Subcláusula Quarta – Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93 e das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quinta – O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

Subcláusula Sexta - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Sétima - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Oitava - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

Subcláusula Nona - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Décima- Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Primeira - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima Segunda - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Terceira - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Quinta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sexta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Sétima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Oitava – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las

Subcláusula Décima Nona - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral da contratação que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XII, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

Subcláusula única - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 10 de fevereiro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	GEORGE DA COSTA ROCHA Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/02/2021, às 18:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GEORGE DA COSTA ROCHA, Usuário Externo**, em 11/02/2021, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 11/02/2021, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 11/02/2021, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0660318** e o código CRC **88C07026**.

0002870-58.2020.6.22.8000

0660318v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 10/02/2021 17:19:39.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ETP - PARA PREGÃO ELETRÔNICO.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA PREGÃO ELETRÔNICO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Para cumprimento do [Decreto n. 10.024/2019](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Termo de Referência para a pretensa contratação.

Unidade solicitante:	<i>SPEA</i>
Unidade demandante:	<i>SPEA</i>
Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:	<i>Joesér Alvares da Silva</i> <i>José de Barros Gonçalves Filho</i>
Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?	() Sim. (x) Não. A contratação de serviço se dá em função de um achado fortuito durante auditoria promovida pela CNJ, portanto não foi incluída previamente no PAC.
Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?	(X) Não. (Se assinalado, não responder os demais). () Sim. () Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos? () As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?
Justificativa:	<i>Descrição sucinta da necessidade.</i> <i>Justificativa da solução apontada no objeto: (por que este ou não outro objeto atenderá de forma adequada a necessidade da Administração, ou seja, o interesse público. Fatores como disponibilidade, viabilidade e preços estimados das soluções podem ser considerados.</i>
Objeto: <i>(Descrição do objeto da contratação – observar seu enquadramento na</i>	Descrição sucinta do objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p><i>definição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, do art. 1º c/c o art. 3º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019: padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado).</i></p>	<p>de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do TRE-RO, contendo proposta de solução para higienização e descontaminação de microrganismos fúngicos, bactérias e insetos de 87 caixas de arquivo, com aproximadamente 56.000 páginas de dimensões variáveis.</p> <p>Detalhamento do objeto:</p> <p>Elaboração de laudo diagnóstico contendo a análise e exame dos espaços físicos do Arquivo Geral do TRE-RO, das condições ambientais, dos mobiliários e espaços de guarda/condicionamento e pesquisa que podem influenciar diretamente na conservação dos acervos e na análise individualizada (por caixa) do estado de conservação da documentação contida em 87 caixas de arquivo (Processos Antigos) e documentos diversos (Documentação Histórica), visando obter orientações sobre as condições necessárias de restauração / acondicionamento / preservação.</p> <p>Há indicação de marcas?</p> <p>(X) Não.</p> <p>() Sim. Justificativa técnica de acordo com o art. 7º, § 5º da Lei n. 8.666/93, inclusive por exigências de padronização (Súmula TCU n. 270).</p> <p>Foi adotada marca de referência?</p> <p>(X) Não.</p> <p>() Sim. Justificativa, de acordo com o Acórdão TCU n. 113/2016 – Plenário.</p>
<p>Quantidade:</p> <p><i>Estimativa das quantidades (unidades).</i></p>	<p>Quantidades estimadas:</p> <p>Previsão inicial de valores:</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p><input type="radio"/> Não.</p> <p><input checked="" type="radio"/> Sim. Informar: R\$80.300,00 (média)</p> <p>Será formado registro de preços?</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não.</p> <p><input type="radio"/> Contratação se enquadra em uma ou mais hipóteses contidas nos incisos do art. 3º do Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Apontar os incisos e, depois, justificar no termo de referência.</p> <p><input type="radio"/> Há previsão de entregas parceladas? Se positivo deverão ser informadas no termo de referência.</p>
Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:	20 dias após a assinatura do contrato

0002870-58.2020.6.22.8000

0613975v4



Documento assinado eletronicamente por **JOESER ALVARES DA SILVA, Chefe de Seção**, em 29/10/2020, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0613975** e o código CRC **6FE7B023**.

Criado por 001540692364, versão 4 por 001540692364 em 29/10/2020 11:47:49.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4/2020 -
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SPEA**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1 – DA INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e no inciso II do art. 8º do Decreto 10.024/19, Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO e Resolução TSE nº 23.234/2010, elaboramos o presente termo de referência objetivando a contratação de serviço de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de higienização e descontaminação de acervo documental.

2 – DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, contendo proposta de solução para higienização e descontaminação de microrganismos fúngicos, bactérias e insetos de 87 caixas de arquivo, com aproximadamente 56.000 páginas de dimensões variáveis.

2.1 ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1.1 DO DIAGNÓSTICO

2.1.1.1 O diagnóstico consiste em examinar todo acervo identificando se ocorreu algum ataque de insetos, microrganismos ou outro agente nocivo. Avaliar o estado geral dos espaços físicos, dos mobiliários, dos livros e documentos;

2.1.1.2 O diagnóstico deverá considerar os dez agentes de deterioração que ameaçam os acervos (forças físicas, criminosos (ladrões e vândalos), fogo, água, pragas, poluentes, luz (ultravioleta e infravermelho), temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e dissociação) definidos pelo Canadian Conservation Institute – CCI . Disponível

em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/care-objects/paper-books.html>> Acesso em: Set de 2020;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1.2 O diagnóstico deverá conter a análise e exame dos espaços físicos do Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, das condições ambientais, dos mobiliários e espaços de guarda/acondicionamento e pesquisa que podem influenciar diretamente na conservação dos acervos e na análise individualizada (por caixa) do estado de conservação da documentação contida em 87 caixas de arquivo (Processos Antigos) e documentos diversos (Documentação Histórica);

2.1.3 Com o objetivo de diagnosticar o estado físico dessas duas categorias documentais (Processos Antigos e Documentação Histórica), propõe-se nesse presente Termo de Referência:

- a. o diagnóstico da situação física dessas duas partes do acervo (através de laudo técnico microbiológico e da situação de preservação/conversação desse acervo), previsão de entrega 20 (vinte) dias, a partir da assinatura do contrato, incluindo a elaboração do diagnóstico situacional do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral e Rondônia, contendo proposta de solução, item 1, do Objeto;
- b. orientações sobre as condições necessárias de restauração/acondicionamento/preservação das duas coleções.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 Os acervos arquivísticos acumulam poeira e até outras impurezas (fuligem, mofo, umidade, fungos, acidificado, poluição atmosférica, insetos, roedores, e ação do homem) e outros (umidade, temperatura, luz) que podem ocasionar deterioração;

3.2 Os acervos arquivísticos são em geral constituídos de livros, mapas, fotografias, processos, manuscritos etc. que utilizam, em grande parte, o papel como suporte da informação, além de tintas das mais diversas composições;

3.3 O papel, por mais variada que possa ser sua composição, é formado basicamente por fibras de celulose provenientes de diferentes origens. Cabe-nos, portanto, encontrar soluções que permitam oferecer o melhor conforto e estabilidade ao suporte da maioria dos livros e documentos, que é o papel;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.4 A acidez e a oxidação são os maiores processos de deterioração química da celulose, causados pela oscilação de umidade relativa do ar, oscilação de temperatura, iluminação incorreta, atrelados ao acúmulo de poeira e até outras impurezas (fuligem, mofo, umidade, fungos, acidificado, poluição atmosférica);

3.4.1 Também há os agentes físicos de deterioração, responsáveis pelos danos mecânicos dos livros e documentos. Os mais frequentes são os insetos, os roedores, brocas, cupins, baratas, traças e a ação do próprio homem;

3.4.2 Portanto, torna-se indispensável dizer que existe estreita ligação entre os principais fatores de degradação, o que faz com que o processo de deterioração tome proporções devastadoras;

3.4.3 Resumindo, podemos dizer que consideramos os agentes de deterioração dos acervos arquivísticos, aqueles que levam os documentos a um estado de instabilidade física ou química, com comprometimento de sua integridade e existência;

3.5 A higienização de documentos é considerada um procedimento básico, preventivo e eficaz para a conservação de qualquer arquivísticos;

3.6 O acervo do Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia nunca passou por nenhum processo adequado e especializado de higienização individualizada e nesse ano de 2019/2020 foi verificado que algumas caixas de processos, cujo total é de 35 caixas de arquivo (aproximadamente 26.000 páginas) foram extremamente contaminadas por fungos (agente microbiológico) e cupins comprometendo a sua conservação e manuseio, além de poder causar sérios riscos à saúde humana, mais especificamente aos usuários e aos profissionais que ocupam o mesmo espaço físico desse acervo. Tal contaminação parece ter se dado a partir da situação ocasionada pela cheia de 2014, quando, na ocasião, algumas caixas de arquivo das Zonas Eleitorais (20ª, 21ª, 22ª, 24ª) foram esquecidas no prédio do TRE quando da mudança do mobiliário das ZEs para o CPA, talvez em virtude de serem processos antigos (guarda permanente) e pouco manuseados, que no entanto, acabaram por sofrer a ação da humidade e do abandono temporário, valendo assim o esforço de seu tratamento de descontaminação fúngica, preservação e armazenamento no Arquivo Geral;

3.7 Outra parte do acervo documental que merece atenção e cuidados de higienização é a seção denominada de Arquivos Históricos considerados como um acervo especial haja vista não terem sido tratados adequadamente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ainda, compondo 52 caixas de arquivo (aproximadamente 30.000 páginas) compondo o antigo acervo documental do Tribunal com documentos raros datados da década de 30 até a década de 80/90. A documentação encontra-se em um estado ruim de conservação. Não se pode afirmar que não estariam contaminados por fungos, pois tal diagnóstico deve ser feito por especialista da área de microbiologia. É uma parte do acervo que interessa à Chefia da Seção, considerando importante ser tratada (higienizada ou possivelmente descontaminada) e preservada no Arquivo Geral do Tribunal;

4. DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

4.1 Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020 (evento [0571890](#)), e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

5. DAS REGRAS DE SUSTENTABILIDADE

5.1 De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

5.2 No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**.

5.3 Na mesma linha, o Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes e a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

5.4 Por isso, o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

5.5 Cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, a CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdício e menor poluição, cumprir todas as normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, além das orientações das entidades públicas que versem sobre os serviços objeto do contrato, sendo exigido, especificamente:

I - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança e demais que se fizerem necessários, para a execução de serviços, de acordo com normas técnicas e ambientais;

II - Orientar seus empregados para a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição (inclusive sonora), tais como racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes e substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, racionalização/economia no consumo de energia elétrica, reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados na atividade objeto deste Termo de Referência.

6. DO VALOR ESTIMADO

6.1 Do valor estimado dos serviços:

6.1.1 Após realizadas as pesquisas de preços que se encontram juntadas nos eventos ([0613648](#)) e ([0613653](#)) , obteve-se o valor estimado de R\$ 80.300,00 (oitenta mil e trezentos reais) para a execução global dos serviços, conforme demonstrado na tabela adiante:

PREÇO ESTIMADO DOS SERVIÇOS	
LOTE ÚNICO	
ITEM 1	
SERVIÇOS	PREÇO ESTIMADO
Diagnóstico situacional do acervo com emissão de laudo técnico microbiológico e laudo da situação de preservação e conversação do acervo.	80.300,00
PREÇO GLOBAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS	80.300,00

6.1.2 Em virtude da especificidade do objeto e da dificuldade em encontrar empresas que pudessem oferecer soluções afins, incluso em contratações similares de outros órgãos da Administração, nos vimos compelidos a realizar a estimativa de preços por meio da pesquisas ao mercado obtida por meio de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

propostas comerciais, muito embora as cotações tenham sido enviadas para cerca de 10(dez) empresas com suposta expertise na questão, o retorno dado por essas (apenas duas propostas) acabou por revelar uma certa limitação de mercado para o fornecimento do objeto ou desinteresse dessas, justificando assim, a utilização de número inferior de cotações conforme disposto no **art. 5º, § 2º, III da IN STI/MPOG n. 73/2020** e nas orientações do TCU (**Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário**), juntando ainda tais espelhos de e-mails/solicitações de cotação relacionados no **Item 11 - DOS ANEXOS**.

6.2 Da aderência orçamentária:

6.2.1 A contratação pretendida possui previsão no orçamento desta unidade para o exercício de 2020, devendo a despesa ser custeada pelo orçamento ordinário, conforme demonstrativo abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	
DESPESA AGREGADA	
PLANO INTERNO	ADM APOIO
VALOR ESTIMADO	R\$ 60.000,00

7 DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

7.1.1. Trata-se serviço comum, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica **do tipo menor preço global**, consoante as condições definidas neste TR.

7.1.2. Para a seleção da proposta mais vantajosa, sugere-se que seja adotado o modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

7.2 DA INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME

7.2.1 O valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), motivo pelo qual o certame não terá destinação exclusiva para ME/EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.438/2015.

7.2.2 AS ME/EPP's poderão participar com as demais regras de preferência.

7.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

7.3.1. A proposta deverá ser apresentada de acordo com as regras desta seção.

7.3.1.1 DOCUMENTO COMPLEMENTAR DA PROPOSTA: Deverá a licitante apresentar, sob pena de não recebimento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, o formulário de proposta, devidamente preenchido e assinado, nos termos do ANEXO 1 deste termo de referência.

7.3.2 Os preços propostos devem incluir todos os insumos que os compõem, tais como: os custos financeiros dos serviços inclusive o pagamento de mão-de-obra, taxas, impostos, material, equipamentos, serviços acessórios, custos com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição, despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

7.3.3 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.3.4 Não será permitida a alteração da proposta após sua apresentação.

7.3.5 As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.6 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Termo de Referência e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

7.3.7 Será declarado vencedor o licitante que, cumpridas as exigências do edital e as regras desta seção, ofertar o menor preço global para o objeto do certame.

7.4 DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

7.4.1 Da habilitação jurídica, econômico-financeira e fiscal: De acordo com as regras do edital.

7.4.2 Da qualificação técnica:

7.4.2.1 Para aferir a capacidade técnica-operacional dos licitantes, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando a execução de forma satisfatória de serviços com características, quantidades e prazos compatíveis ao objeto deste termo de referência;

II - Comprovação que possui em seu quadro permanente, um ou mais profissionais de nível técnico ou superior, registrados e regulares no conselho profissional competente, com **acervo técnico** na execução de serviços de gestão (restauração, acondicionamento, preservação e conservação) de acervo em suporte de papel;

7.4.2.1.2 Entende-se, para fins deste TR, como pertencente ao **quadro permanente**:

I - Empregado;

II - Sócio;

III - Detentor de contrato de prestação de serviço.

7.4.2.1.3 Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **não pertença ao quadro permanente da licitante no momento do certame**, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (Acórdãos- TCU 800/08-Plenário e 1.762/2010-Plenário).

7.4.2.1.4 Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;

7.4.2.1.5 caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

7.4.2.1.6 Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CONTRATADA.

7.4.2.2 DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE: Declaração que disponibilizará todas as instalações, equipamentos, ferramental e pessoal adequado para a execução dos serviços (conforme modelo contido no ANEXO II - evento [0609807](#)).

7.4.2.3 DA VISTORIA TÉCNICA:

I - Embora seja possível determinar de forma clara os trabalhos a serem realizados, a massa documental do Tribunal Regional Eleitoral possui estado de conservação variado, diversos tipos de suporte que ao longo do tempo foram sendo utilizados, especificidades relativas à forma de escrita, ou impressão, dos documentos, enfim, aspectos peculiares e relevantes indispensáveis para a mensuração dos trabalhos a serem realizados e, conseqüentemente, com o impacto significativo na formulação dos valores a serem propostos.

II - Em razão disso, as empresas interessadas poderão comparecer ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, situado na Rua Raimundo Cantuária 680 – Anexo do TRE-RO, Baixa da União, Cep: 76805-862– Porto Velho, Rondônia, das 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, a fim de verificar as condições do acervo a ser higienizado, restaurado e acondicionado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - A vistoria é facultativa e de inteira responsabilidade dos licitantes para tomar conhecimento de todas as peculiaridades da contratação e necessária para o total conhecimento do objeto e completa avaliação do serviço a ser executado, possibilitando inteirar-se das condições e do grau de dificuldade dos serviços, para formular a sua proposta com mais exatidão.

IV- A vistoria deverá ser agendada com pelo menos 01 (um) dia de antecedência, e deverá ser realizada até 01 (um) dia útil antes do início do certame, por meio dos telefones (69) 3211-2004 ou 3211-2049 e spea@tre-ro.jus.br, com o servidor Joesér ou José de Barros, no horário compreendido entre 8 e 18 horas, de segunda a sexta-feira.

V - Realizada a vistoria por representante da contratada nos locais acima indicados, será lavrado, por servidor do TRE-RO o respectivo Atestado de Vistoria – ANEXO III (evento [0609809](#)). Este deverá ser preenchido e assinado pelo interessado em participar da licitação, para posterior apresentação, e fará parte integrante dos documentos de habilitação.

8. DO CONTRATO

8.1 Regras gerais:

I - Nos termos do artigo 62 da L. 8.666/93, será lavrado carta-contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

II - No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

III - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.

V - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

VI - A adjudicatária deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, no mínimo, 1 (um) número telefônico, 01 (um) correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre ela e o fiscal/gestor da Administração, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo representante da adjudicatária.

VII - O representante da contratada deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que sejam cumpridos os prazos e condições previstos no contrato.

VIII - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

IX - À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo edital do certame, aplicam-se o disposto na L. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a L. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

8.2 DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.2.1 O laudo diagnóstico deverá ser realizado em espaço específico dentro das dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, previamente aprovado pelos gestores, no seguinte endereço: Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, situada na Rua Raimundo Cantuária 680 – Anexo do TRE, Baixa da União, Cep: 76805-862– Porto Velho – RO, no período das 8h30m às 12h30 e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.2 Na impossibilidade da execução dos serviços nas dependências do TRE de Rondônia, a CONTRATADA, será responsável pela segurança, logística, acondicionamento, transporte e deslocamento do acervo da Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia para o local de higienização.

8.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.3.1 Período de execução dos serviços de diagnóstico da situação física do acervo (com emissão de laudo técnico microbiológico e de laudo da situação de preservação/conversação desse acervo): 20 (vinte) dias, a partir da assinatura do contrato, incluindo a elaboração do diagnóstico situacional do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral e Rondônia para a entrega do laudo contendo proposta de solução para **tratamento, descontaminação e higienização dos acervos;**

8.3.2 A entrega dos serviços deverá ser agenda com a Seção de Protocolo Expedição e Arquivo - SPEA do TRE-RO, spea@tre-ro.jus.br e (69) 3211-2004 ou 3211-2049, com 1 (um) dia de antecedência;

8.3.3 Os prazos de entrega dos serviços só poderão ser prorrogados em casos excepcionais observados os seguintes requisitos mínimos:

I - o pedido deverá ser formulado por escrito;

II - o prazo para encaminhamento não poderá ultrapassar o prazo previsto para entrega do objeto; e

III - os motivos alegados pela contratada deverão basear-se em fatos supervenientes ou imprevisíveis devidamente comprovados.

8.4 DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.4.1 O recebimento do objeto será feito em duas etapas, conforme abaixo:

I - Provisoriamente, pela fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações constantes deste Termo de Referência, momento em que se fará constar nos documentos hábeis a data da entrega dos serviços e, se for o caso, as imperfeições, falhas ou irregularidades observadas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Definitivamente, pela fiscalização, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após comprovação da adequação dos serviços em conformidade com o exigido neste Termo de Referência;

8.4.2 O método de avaliação da conformidade dos serviços será o seguinte:

I - Avaliação que consiste na realização de observações físicas, visando comprovar a compatibilidade do serviço efetuado com as especificações constantes neste Termo de Referência;

II - No caso de serviços recusados no recebimento, por imperfeições, falhas ou irregularidades, deverão ser refeitos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado da notificação formal, sem qualquer ônus ao TRE-RO.

8.5 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

8.5.1 Prazo de vigência do contrato: 03 (três) meses, contados da data da sua assinatura.

8.6 Do reajuste, reequilíbrio e alterações:

8.6.1. Os valores serão irrealizáveis.

8.6.2 Admite-se eventual reequilíbrio econômico-financeiro na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

8.6.3 Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da L. 8.666/93.

8.7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.7.1 Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com alocação do pessoal necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.7.2 Dimensionar os membros da equipe especializada que executarão os serviços, com quantitativo suficiente para a eficiente execução no prazo estipulado;

8.7.3. Assumir todos os custos diretos e indiretos, entre os quais o fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços;

8.7.4 Havendo necessidade, assumir integralmente os custos encargos da retirada e transporte dos materiais que compõem o acervo até sua oficina, e posterior devolução, devidamente acondicionado, após a conclusão dos serviços.

8.7.5 Informar o nome do profissional encarregado da comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA para resolução de todas as questões atinentes ao contrato;

8.7.6 Responsabilizar-se pelo refazimento dos serviços nos casos de danos em decorrência de defeito no processo de execução ou da qualidade do material empregado;

8.7.7 Garantir os serviço pelo prazo de 8 (oito) meses, contado a partir da data da aceitação definitiva, comprometendo-se a refazer os serviços em qualquer volume que apresente defeitos, vícios ou falhas de execução, inclusive decorrentes dos materiais utilizados, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no termo contratual;

8.7.8 Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade e fornecer, antes do início da execução dos serviços, os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, caso necessário;

8.7.9 Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, por seus profissionais durante e/ou em consequência da execução do objeto, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à CONTRATANTE ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorárias advocatícios;

8.7.10 Manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.7.11 Substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;

8.7.12 Providenciar a substituição, imediata, dos profissionais alocados ao serviço, que não possuam a qualificação mínima exigida, ou por solicitação do CONTRATANTE, devidamente justificada;

8.7.13 Arcar com as despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede da CONTRATANTE;

8.7.14 Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;

8.7.15 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

8.7.16 Reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

8.7.17 Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

8.7.18 Manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

8.7.19 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu empregado acidentado ou com mal súbito;

8.7.20 Arcar com todas as despesas de sua equipe, como alimentação, deslocamento, transporte, telefonia, além dos impostos, encargos e contribuições decorrentes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.7.21 Participar de reuniões que se façam necessárias, quando convocada pela CONTRATANTE, para melhor subsidiar a realização dos serviços;

8.7.22 A CONTRATADA deverá dispor de mão de obra adequada e suficiente para a realização do serviço, assim como, de materiais e equipamentos adequados para a realização do serviço ora contratado. Os serviços deverão ser executados durante a semana, de segunda a sexta-feira no horário das 8h30m às 12h30 e das 13h30 às 17h30;

8.7.23 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7.24 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações e supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

8.7.25 Apresentar, ao final da execução do serviço, **relatório detalhado das atividades** à CONTRATANTE, com um panorama das ações executadas, destacando pontos positivos e negativos, e quais medidas devem ser adotadas para garantir a manutenção e a conservação do acervo;

8.7.26 Cumprir todas as demais leis e normas não citadas neste termo de referências mas que incidam sobre a execução dos serviços objeto do contrato.

8.8 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.8.1 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

8.8.2 Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

8.8.3 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada na execução do serviço;

8.8.4 **Expedir** autorização de serviços, com antecedência mínima de pelo menos 1 (um) dia útil da data de início de sua execução;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.8.5 Proporcionar todas as condições indispensáveis à boa execução das obrigações, permitindo o livre acesso de representantes, prepostos ou profissionais da contratada nas dependências do TRE-RO, observadas as normas de segurança;

8.8.6 Sustar a execução de quaisquer trabalhos que estiverem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

8.8.7 Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;

8.8.8 Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela contratada;

8.8.9 Efetuar os pagamentos dentro dos prazos estabelecidos e observado o seguinte procedimento:

I - O pagamento será efetuado, após o recebimento definitivo dos serviços contratados, por meio de crédito em conta corrente bancária, através de ordem bancária, a qual será emitida em até 10 (dez) dias após a apresentação da fatura;

II - A CONTRATADA deverá encaminhar preferencialmente por e-mail, a Nota Fiscal/Fatura dos serviços acompanhada do **relatório detalhado das atividades**, se ainda não o fez;

III - Após a atestação pela fiscalização a NF/FATURA será enviada à área financeira para fins de pagamento;

IV - Os pagamentos estarão sujeitos à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a CONTRATADA incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção;

V - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; i = taxa percentual anual do valor de 6%;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365$$

$$I = (6/100) / 365.$$

VI - Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

VII - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente o cumprimento de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

9 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão no edital do certame.

9.2 SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da L. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos **prazos de entrega ou substituição dos serviços recusados:**

a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos serviços não entregues ou substituídos;

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato, se não previsto de forma diversa:

a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

9.3 Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa sancionatória fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções prevista neste TR, nos seguintes termos:

b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela descumprimento da obrigação de entrega ou substituição dos materiais, após a devida notificação;

b2) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa em aceitar alterações legalmente obrigatórias do contrato;

b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, por ocorrência, no caso de não emissão de documento imprescindível ao pagamento;

b4) de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa de fornecimento da integralidade dos serviços sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

9.4 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, se a adjudicatária não celebrar o contrato (nota de empenho) ou se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.5 A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

9.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

9.7 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro do prazo estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

9.8 No ato de notificação para pagamento de Multa, a CONTRATADA será cientificada de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

9.9 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

9.10 As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.11 O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

10 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A gestão e a fiscalização será realizada pelo Chefe da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo – SPEA, Joesér Alvares da Silva e, por seu substituto imediato José de Barros Gonçalves Filho, os quais ficarão encarregados de acompanhar e fiscalizar a execução do serviço contratado, da certificação da nota fiscal/fatura e, ao final de todo o fornecimento, informar a administração acerca do integral cumprimento das obrigações pactuadas.

10.2 Documentar as ocorrências havidas em registro próprio.

11 DOS ANEXOS

11.1 constituem anexos deste TR:

ANEXO I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA (evento [0609801](#));

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE (evento [0617822](#))

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE VISITA (evento [0609809](#));

PESQUISAS DE PREÇOS Proposta 1 ([0613648](#)) e Proposta 2 ([0613653](#))

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO 01 (evento [0617657](#));

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO 02 (evento [0617812](#));

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO 03 (evento [0617813](#));

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO 04 (evento [0617814](#));

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO 05 (evento [0617815](#));

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO 06 (evento [0617816](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO 07 (evento [0617817](#));

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO 08 (evento [0617818](#));

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO 09 (evento [0617819](#));

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO 10 (evento [0617820](#));



Documento assinado eletronicamente por **JOESER ALVARES DA SILVA, Chefe de Seção**, em 06/11/2020, às 07:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0617539** e o código CRC **443E8246**.

0002870-58.2020.6.22.8000

0617539v18

Criado por 001540692364, versão 18 por 001540692364 em 06/11/2020 07:39:09.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002870-58.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SPEA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 260 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA), no qual considera a necessidade da Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme Termo de Abertura ([0592644](#)).

02. A unidade demandante da contratação elaborou o Estudo Técnico Preliminar nº 1 ([0613975](#)), com os elementos iniciais integrantes do futuro termo de referência para a pretensa contratação, e o Termo de Referência - TR nº 4/2020 – PRES/DG/COSE ([0617539](#)), constando a especificação e detalhamento dos objetos, prazos de execução e locais de entrega, planejamento estratégico, justificativa, valor estimado, aderência ao planejamento orçamentário, aplicabilidade do regime de exclusividade para ME e EPP, critérios para aceitação das propostas, documentos de habilitação, obrigações das partes, forma de contratação, pagamento, sanções, gestão e fiscalização.

03. Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF procedeu à programação orçamentária e informou as existências dos pré-empenhos nº 2020PE000324, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais - [0593286](#)), e nº 2020PE0000041, no valor de R\$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais - [0615644](#)), bem como que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

04. Em seguida, a COMAP, mediante sua coordenadora, considerou regular o instrumento acima citado, nos termos das normas gerais de contratações estabelecidas pelo inciso II do artigo 3º da Lei nº 10.520/2002 e art. 3º, incisos IV e XI do Decreto Federal nº 10.024/2019, conforme Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 147/2020 ([0617858](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta AJDG. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JÚRIDICA

06. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)

07. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

(...)

Bens ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento da proposta, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.

08. Por sua vez, o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02 dispõe:

(...)

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

09. No caso em tela, a contratação pretendida está definida de forma objetiva por meio das especificações constantes no item 2 – DO OBJETO, do TR ([0617539](#)), indicando com clareza o padrão de qualidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigido pela Administração para a prestação de serviço de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), contendo proposta de solução para higienização e descontaminação de microrganismos fúngicos, bactérias e insetos de 87 caixas de arquivo, com aproximadamente 56.000 páginas de dimensões variáveis. Nessa linha, evidencia-se a configuração do serviço em exame como comum.

10. Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviços comuns no mercado**, cujos padrões de qualidade são **objetivamente** definidos no edital (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19**, procedimento que, à margem de qualquer dúvida, foi incorporada no procedimento deste Tribunal através da Portaria 143/2005/TRE, **salvo** comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (**art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19**).

11. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993, para a contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser o de “**menor preço**” oferecido para **item do certame**, conforme os critérios de aceitação de proposta apresentados no **item 7.1** do TR.

12. Sobre o valor estimado obtido por meio da pesquisa juntada aos autos ([0617657](#), [0617812](#), [0617813](#), [0617814](#), [0617815](#), [0617816](#), [0617817](#), [0617818](#), [0617819](#) e [0617820](#)), é necessário fazer alguns apontamentos. A Corte de Contas Nacional orienta sobre o procedimento de aferição do valor a ser utilizado no certame como parâmetro para mensurar o preço aceitável de determinado objeto. Veja-se:

AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria, Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]
[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97;

13. Como visto a unidade demandante encaminhou por e-mail a Pesquisa de Mercado nº 01/2020, pois este foi considerado o método mais adequado em razão da especificidade do objeto e da dificuldade de encontrar empresas neste ramo que já contrataram com Administração. Apesar do envio do referido documento para aproximadamente dez empresas, apenas duas responderam a cotação ([0613648](#) e [0613653](#)).

14. Releva-se destacar que o regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte ao futuro certame não deve ser aplicado no certame, porquanto seu valor total estimado extrapola o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta a LC 123/06.

III – CONCLUSÃO

15. Por todo o exposto, considerando a elaboração do **Termo de Referência nº 04/2020** pela SPEA ([0617539](#)), nos moldes dos artigos 8º e 10º da IN nº 04/08, o instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.

16. Nesse compasso, diante da comprovação nos autos da disponibilidade orçamentária e financeira para o suporte da despesa ([0617539](#) e [0615644](#)), opina esta Assessoria Jurídica pela autorização da contratação pretendida, por meio da modalidade **pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço por item**, com fundamento na **Lei nº 10.520/02** e **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, sem observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado para lote único é inferior ao limite balizado pelo **art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015**, o qual regulamentou a **LC nº 123/06**.

17. Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, ocorrerá a **restrição na**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto nº 10.024/2019**.

18. Destaca-se que não há minuta do contrato juntada aos autos. Em vista disso, caso a pretensa licitação seja aprovada, que o referido documento seja encaminhado a esta Unidade para análise de sua **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, juntamente com a minuta do edital.

19. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 23/11/2020, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 23/11/2020, às 17:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0628174** e o código CRC **18CBBB91**.

0002870-58.2020.6.22.8000

0628174v8

Criado por 014827562356, versão 8 por 004891562321 em 23/11/2020 17:49:51.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002870-58.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo - SPEA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral.

DESPACHO Nº 1947 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo aberto pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA), no qual considera a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme Termo de Abertura ([0592644](#)).

A unidade demandante da contratação elaborou o Estudo Técnico Preliminar nº 1 ([0613975](#)), com os elementos iniciais integrantes do futuro termo de referência para a pretensa contratação e o Termo de Referência - TR nº 4/2020 – PRES/DG/COSE ([0617539](#)), constando a especificação e detalhamento dos objetos, prazos de execução e locais de entrega, planejamento estratégico, justificativa, valor estimado, aderência ao planejamento orçamentário, aplicabilidade do regime de exclusividade para ME e EPP, critérios para aceitação da propostas, documentos de habilitação, obrigações das partes, forma de contratação, pagamento, sanções, gestão e fiscalização.

Após diversas diligências da COMAP, a unidade solicitante juntou o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4/2020-SPEA** (evento [0617539](#)), complementado por seus Anexos I, II e III e pelas pesquisas de preços, encontra-se em consonância às normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, inc. XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0617539](#)).

A unidade demandante informou que encaminhou por e-mail a Cotação de Preços nº 01/2020, pois este foi considerado o método mais adequado em razão da especificidade do objeto e da dificuldade de encontrar empresas neste ramo que já contrataram com Administração Pública. Apesar do envio do referido documento para aproximadamente dez empresas, apenas duas apresentaram proposta ([0613648](#) e [0613653](#)).

Conforme a informação ([0614604](#)), o valor de referência para a contratação do laudo de descontaminação - estimado em R\$ 80.300,00, informo que a fonte orçamentária para suplementação do referido valor (R\$20.300,00) será oriundo de sobra orçamentária do Plano



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Interno de Energia Elétrica IEF ENERGI, a ser apresentada pela SEAP nos autos [0002931-50.2019.6.22.8000](#) na fase de ajuste aberta pela COFC conforme evento [0614118](#).

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral - AJDG, mediante Parecer Jurídico nº 260/2020 ([0628174](#)), opinou pela possibilidade de contratação por meio da modalidade pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço por item, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, sem observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, haja vista que o valor estimado para lote único é inferior ao limite balizado pelo art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC nº 123/06.

De igual modo, a SAOFC manifestou-se ([0628560](#)), em síntese, pela: a) aprovação do termo de referência; b) autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, por “menor preço” por item; c) inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; e) aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade, consoante item 5 do TR; e f) pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no [art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/19](#).

É o breve relatório.

Em razão do valor estimado da contratação extrapolar a situação de dispensa legal e, por se tratar de aquisição de bem definido como comum pela unidade técnica, cujos padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como **imperiosa a adoção da modalidade de Pregão em sua forma eletrônica do tipo menor preço global**, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, procedimento que foi incorporado a este Tribunal através da Portaria nº 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19).

O regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte é **inaplicável ao futuro certame, tendo em vista o valor estimado exceder o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** fixados no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06.

Dos autos se extrai a comprovada necessidade da aquisição pleiteada, no intuito de prestação de serviço de elaboração do diagnóstico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), para fins de solução para higienização e descontaminação de microrganismos fúngicos, bactérias e insetos de 87 caixas de arquivo, com aproximadamente 56.000 páginas de dimensões variáveis.

Quanto à sustentabilidade, o TR prevê em seu item 5, com fulcro na [Resolução CNJ n. 201/2015](#), a contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdício e menor poluição, cumprir todas as normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, além das orientações das entidades públicas que versem sobre os serviços objeto do contrato.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação para atender à demanda deste Tribunal nas eleições 2020, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta diretora-geral:

1 - Aprova o Estudo Técnico Preliminar ([0613975](#)) e o Termo de Referência nº 4/2020 - SPEA ([0617539](#)), complementado por seus Anexos I, II e III, porquanto possuem os elementos essenciais definidos no [art. 3º, XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#);

2 - Autoriza a licitação na modalidade pregão, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço por item, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019;

3 - Declara inaplicável o regime de exclusividade às ME/EPP's, porquanto seu valor estimado excede o limite de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) com fulcro no [art. 6º do Decreto n. 8.538/2015](#), o qual regulamentou a [LC n. 123/06](#);

4 - Determina a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 15 do Decreto nº 10.024/2019](#); e

5 - Determina a aplicação dos critérios de sustentabilidade, consoante item 5 do Termo de Referência em questão.

À SAOFC para prosseguimento do feito visando a contratação na forma proposta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/12/2020, às 17:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0628874** e o código CRC **21913195**.

0002870-58.2020.6.22.8000

0628874v39

Criado por 018005762348, versão 39 por 004577222313 em 10/12/2020 17:54:17.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002870-58.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA)

ASSUNTO: Minuta de Edital de Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 290 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA), no qual considera a necessidade da Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme Termo de Abertura ([0592644](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria mediante o Parecer Jurídico nº 260/2020 – PRES/DG/AJDG ([0628174](#)), oportunidade na qual opinou pelo processo licitatório, na **modalidade pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 10.520/02 e **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, sem observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado para lote único é inferior **ao limite** balizado pelo **art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015**, que regulamentou a **LC nº 123/06**.

03. Sobrevindo a manifestação do titular da SAOFC (Manifestação nº 485/2020-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - [0628560](#)), a contratação foi autorizada pela Diretora-geral do órgão no Despacho nº 1947/2020-PRES/GABDG ([0628874](#)), a qual aprovou o Estudo Técnico Preliminar – ETP ([0613975](#)) e Termo de Referência nº 4/2020 - SPEA ([0617539](#)) e determinou a inaplicabilidade do regime de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte, bem como a restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação.

04. A titular da coordenadoria de serviços gerais (COSEG) consulta e ao mesmo tempo solicita ao chefe da seção de licitações (SLC) quanto à possibilidade de realização do pregão ainda no mês de dezembro de 2020 ([0641620](#)). Apresentado o cronograma pelo chefe da SLC, consta estimado a abertura do certame para o dia 08/01/2021 ([0641720](#)). Com a informação a titular da COSEG solicita a coordenadoria de orçamento, finanças e contabilidade (COFC), como medida preventiva para resguardar possível execução do valor atualmente indicado como fonte orçamentária, por outra seção desta COSEG ainda em 2020, solicito a baixa da programação orçamentária [0615644](#) e liberação do valor para utilização no Plano Interno IEF MANPRE.

05. Prosseguindo o feito, a COFC leva a efeito a baixa da programação orçamentária solicitada pela COSEG e redireciona a dotação para o item de despesa “manutenção predial sob demanda – imóveis da JE em Rondônia. Em seguida, o coordenador de COFC informou nos autos que por se tratar de despesa prevista para o exercício 2021 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, pois depende da aprovação da Lei Orçamentária Anual 2021, atualmente em tramitação no Congresso Nacional ([PL nº 28/2020-CN](#)). Ainda, registrou que a proposta orçamentária deste Tribunal para o exercício seguinte tramita no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante de **R\$**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

700.000,00 (setecentos mil reais) destinado a despesas com o objeto dessa contratação pretendida.

06. A Seção de Licitações e Compras – SLC juntou cópia da Portaria nº 173/2020, que designou pregoeiros Oficiais deste Tribunal e a Equipe de Apoio, pelo período de um ano ([0642630](#)), elaborou a minuta do instrumento convocatório ([0642633](#)). A Seção de Contratos (SECONT) juntou aos autos a minuta de carta-contrato ([0640299](#)).

07. Assim instruídos, os autos foram enviados a AJDG para análise da minuta de edital ([0642633](#)) e da minuta de carta-contrato ([0640299](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

09. Verifica-se que a minuta do edital em análise ([0642633](#)) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei nº 8.666/93, notadamente em seu art. 40 e da Lei nº 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

10. Como se trata de contratação de empresa especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, as propostas e os lances serão ofertados pelo menor **VALOR TOTAL DO ÚNICO ITEM**, obtido mediante apresentação de propostas somente por meio do sistema eletrônico, consoante subtópicos 5.2.1 e 7.1.1.

11. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (subtópicos 9.1, 9.2 e 9.4) bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, constante no item 9.5, letra “d” (contração de menores de 18 anos)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

12. Digno de nota é a inserção da exigência de apresentação pelas licitantes, a fim de comprovar sua qualificação técnica, de Atestado de Capacidade Técnica, como se verifica no subtópicos 9.3.

13. Assinala-se que, na elaboração do instrumento, especificamente nos subtópicos **10.3**, houve registro de prazo razoável de **02 (duas) horas**, a partir da solicitação pelo pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto n. 10.024/2019.

14. Além disso, constatou-se que o pregoeiro cuidou para que os preços estimados não fossem divulgados, recomendação contida no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019, devidamente autorizada pela Diretora Geral do TRE/RO (subtópicos **15.10** da minuta do edital).

15. Por fim, sugere à SLC revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

III – CONCLUSÃO

16. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do edital ([0642633](#)) e seus anexos, incluso a minuta de carta-contrato ([0640299](#)), estando os instrumentos aptos a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 18/12/2020, às 12:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0643495** e o código CRC **010D656C**.

0002870-58.2020.6.22.8000

0643495v9

Criado por 004891562321, versão 9 por 004891562321 em 18/12/2020 12:12:36.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002870-58.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA)

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório** – Pregão Eletrônico nº 02/2021 – Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral.

PARECER JURÍDICO Nº 306 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA), no qual considera a necessidade da Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme Termo de Abertura ([0592644](#)).

02. A minuta do Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos juntados ao evento [0642633](#), foram objeto de análise desta AJDG pelo Parecer Jurídico nº 290/2020-PRES/DG/AJDG ([0643495](#)), sendo aprovado, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, e convertido no Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2021 ([0648775](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Retornado a fase externa do certame, o citado Edital de Pregão Eletrônico teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. O extrato do aviso da licitação foi afixado no quadro de aviso localizado no átrio do edifício sede deste TRE/RO. Todas as publicações supramencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme evento [0649411](#).

04. Houve um pedido de esclarecimento pela licitante PRIME Equipamentos e Suprimentos. Não houve impugnação ao instrumento convocatório. Foi anexado aos autos solicitação de visita técnica da licitante RCL Comércio e Serviços Ltda. ([0652113](#)), cuja declaração consta dos autos no evento [0652119](#).

05. Na sequência, vieram aos autos os documentos extraídos do certame, conforme segue:

a) relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0654420](#));

b) proposta da empresa participante do certame – **ACTION ITEC Informação e Tecnologia EIRELI**, CNPJ n. 14.895.195/0001-90 ([0654423](#)), mais proposta ajustada ([0654443](#)) e planilha de custos e formação de preços ([0654444](#)) seguido dos respectivos documentos de habilitação ([0654445](#) e [0655385](#));

c) solicitação de análise da proposta e documentos de qualificação técnica pelo pregoeiro a unidade técnica SPEA ([0654457](#)) e,

d) manifestação favorável da unidade técnica para acolhimento da proposta vencedora ([0654846](#)).

06. O Pregoeiro, trouxe, ainda, aos autos, Resultado por Fornecedor ([0611847](#)), a Ata do certame ([0611851](#)), Termo de Adjudicação ([0611854](#)) e publicação do resultado da Licitação no Diário Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0611943](#)).

07. Por fim, em seu relatório ([0611961](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0611966](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

09. Na publicação dos avisos (0649411), constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

10. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedidos de esclarecimento e impugnação ao Edital: Houve um pedido de esclarecimento, devidamente respondido e publicado pelo pregoeiro (0650848). Não houve impugnação do edital.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET (0654420), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 02/2021 (0655388). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Fase de negociação/ aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no **item 5.3 e 5.4** do Relatório do pregoeiro (0611961), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta e habilitação estabelecidos no instrumento convocatório.

g) Fase de Habilitação: O pregoeiro habilitou a licitante ACTION ITEC INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI., CNPJ: 14.895.195/0001-90

h) Recurso: Não houve.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Destaca-se a atuação da unidade solicitante e demandante da contratação (SPEA), a qual respondeu aos questionamentos de ordem técnica levados pelo pregoeiro em relação aos documentos de habilitação apresentados pelas empresas licitantes, opinando na classificação e na aceitação do item ([0654457](#) e [0654846](#)).

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à vencedora.**

13. É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0655388](#)).

14. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0655391](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

16. Em tempo, o pregoeiro anota no item 8 do seu relatório que o resultado do certame será publicado no DOU e DJE ([0611943](#)), e os comprovantes da publicação serão em seguida juntados aos autos.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 31/01/2021, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0656203** e o código CRC **1F6CA9DD**.

0002870-58.2020.6.22.8000

0656203v6

Criado por 004891562321, versão 6 por 004891562321 em 31/01/2021 16:56:00.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002870-58.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA)

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 02/2021 – Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral - Homologação.

DESPACHO Nº 135 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo aberto pela pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA), no qual considera a necessidade da Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de serviços de elaboração do diagnóstico situacional de parte do acervo pertencente ao Arquivo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme Termo de Abertura ([0592644](#)).

Após realização do Pregão Eletrônico n. 02/2021 ([0648775](#)) vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação.

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0655388](#)); o Resultado por Fornecedor ([0655389](#)); Relatório do Pregoeiro relatando as principais ocorrências do certame ([0655428](#)); Termo de Adjudicação ([0655391](#)) e a comprovação da publicação do resultado no DOU e DJ-e ([0656592](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Houve um pedido de esclarecimento pela licitante PRIME Equipamentos e Suprimentos. Não houve impugnação ao Edital nem registro de intenção de recurso.

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante ACTION ITEC INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ Nº 14.895.195/0001-90. Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora.

Instada a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0655391](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 ([0656203](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0655388](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretoria-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 02/2021**, consoante Termo de Adjudicação ([0655391](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 03/02/2021, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0657237** e o código CRC **F1416F9D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002870-58.2020.6.22.8000

0657237v8

Criado por 010141172305, versão 8 por 004577222313 em 03/02/2021 12:31:51.